



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÕES/SERVIÇOS

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para o serviço de locação de Trio Elétrico para Eventos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade, pelo período de 01 (um) ano, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade
1.3	Fundamentação legal:	Lei nº14.133/21, Pregão na forma eletrônica nos termos do Art. 28, inciso I, através do Sistema de Registro de Preço, Art.78, inciso IV;
1.4	Período:	01 (um) ano
1.5	Tipo:	Menor preço por lote, respeitando os valores unitários nos termos da Lei nº 14.133/21

1.6 Serviço de locação de Trio Elétrico para Eventos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/CATSERV	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
01	01	TRIO ELÉTRICO TIPO 01 Caminhão modelo tipo trio elétrico, composto por dois palcos com comprimento de no máximo 8m e no mínimo 6m, 01 eixo, no mínimo 2m de altura entre um palco e outro. Caminhão Toco.	13757	Diária	10
	02	Adicional de locação do Trio Elétrico Tipo 01	13757	Hora	30
02	03	TRIO ELÉTRICO TIPO 02 Trio elétrico / caminhão truque com comprimento de 12 metros / largura 2,80m e altura 3,60m.	13757	Diária	09
	04	Adicional de locação do Trio Elétrico Tipo 02	13757	Hora	27

1.7 Para o objeto contratado considera-se uma diária o período de 8 horas.

1.8 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022.

1.9 O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação do extrato de Ata de Registro de Preço no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.



1.10 Trata-se de Serviço de bem comum, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO(art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

2.1 A Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade, conforme estabelecido na Lei Municipal 4.637/18, realiza anualmente licitações referentes aos serviços a serem contratados para realização das eventuais atividades promovidas por estas especializadas, no intuito de promover as condições mínimas necessárias para que todos seus eventos aconteçam com máxima ordem, salubridade e segurança possível.

2.2 A Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade realiza eventos de forma contumaz, sendo uma das diretrizes destas Secretarias a promoção da diversidade cultural e o fomento à divulgação da arte, cultura e o turismo em todas as suas vertentes.

2.3 É de interesse público a realização eventos, pois traz diversos benefícios ao município. Dentre os benefícios da realização de eventos está a promoção turística, que além de divulgar o município ainda gera emprego e renda, impulsionando a economia. Além disto faz-se necessário que os participantes das atividades previstas encontrem um cenário propício para realização do evento proposto, com equipamentos de qualidade, uma vez que é necessário dar condições mínimas de segurança para os munícipes e visitantes da cidade.

2.4 O objetivo da Secretaria de Turismo com a contratação do serviço de locação de trio elétrico é valorizar os eventos e manter a tradição da utilização deste tipo de serviço em carnavais. Além disso prevê a utilização de trios elétricos durante as festividades de final de ano, trazendo um novo formato para este evento. Por isto se faz necessária a contratação do serviço de locação de Trio Elétrico.

2.5 Na ânsia de prever possíveis dificuldades administrativas relacionada a tramitação processual em espaço escasso de tempo entre um evento e outro e a fim de buscar a economicidade e a legalidade dos atos públicos, optamos em buscar um procedimento administrativo que abrangesse todas as necessidades relacionadas para o período de 1 (um) ano.

2.6 A opção da escolha pela contratação do serviço através Sistema de Registro de Preços – SRP decorre da característica de caráter continuado e a necessidade de aquisições parceladas, bem como do fato de que essa modalidade é a que melhor se coaduna com o planejamento institucional, inclusive no que se refere a logística de suprimento.

2.7 A utilização do **Sistema de Registro de Preço** está pautada no Inciso IV do Art. 78 e Art. 82 da Lei 14.133/21 e justificada a partir do inciso I, III e V do Art. 3º do Decreto 11.462/23, uma vez que os serviços em pauta têm a necessidade de contratação para atender aos eventos ao longo do ano e neste ato representadas pelas Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade, além de não ser possível definir previamente o quantitativo a ser demandado.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1 A empresa contratada deverá prestar os serviços de Trio Elétrico para atender as necessidades dos eventos promovido pela Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, compreendendo ainda as ações de transporte, montagem, manutenção e desmontagem de todo equipamento solicitado, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

3.2 Para tanto, a empresa precisará nos atender com equipamentos elencados no Item 4 deste Estudo Preliminar, suprimindo as necessidades dos eventos que serão realizados.



3.3 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

- Trio Elétrico deverá ser disponibilizado para acompanhar o teste e/ou passagem de som com no mínimo 2 horas de antecedência do início dos eventos;
- Deverá ser emitida pela empresa responsável uma ART (anotação de responsabilidade técnica) separada para toda a estrutura montada;
- A empresa deverá apresentar todas as ARTs dos serviços executados (Sonorização, Iluminação cênica e estruturas de montagem) e entregar uma cópia a Secretaria de Turismo, no prazo máximo de 72h a contar da solicitação do serviço;
- A empresa deverá responsabilizar-se pela montagem, operacionalização, transporte, desmontagem, encargos, alimentação e custo extras com todos os funcionários.
- A empresa deverá responsabilizar-se pela manutenção elétrica, hidráulica e mecânica do **trio elétrico**, despesas de óleo diesel para gerador, todos os impostos previstos em lei, equipe técnica e outras despesas necessárias ao funcionamento do trio elétrico, tais como combustível para o trio elétrico. E deverá ter toda a documentação necessária.
- Comprovação de compatibilidade do objeto social da empresa com o solicitado no objeto da licitação;
- Fornecimento de toda equipe operacional do trio elétrico;
- Utilizar na execução do serviço contratado, pessoal qualificado para o exercício das atividades que lhe forem confiadas;
- Fornecimento de motorista com experiência em condução de Trio elétrico, geradorista, técnico de som, técnico de luz, ajudante e engenheiro de segurança do trabalho que acompanha a montagem dos Trios quando assim couber.
- Fornecimento do som e equipamentos em perfeito estado de uso;
- Fornecimento de manutenção do som e dos equipamentos;
- Fornecimento de manutenção do veículo;
- Fornecimento de seguro quanto a danos a terceiros e/ou acidentes que porventura venham a ocorrer;
- Fornecimento de equipamento necessário para serviço de música ao vivo;
- Liberação de documentos de autorização para tráfego do veículo (autorização de trânsito);
- Fornecimento de extintor;
- Substituir no prazo determinado pela unidade responsável pela fiscalização ou recebimento, quaisquer serviços/produtos que estejam fora das especificações do objeto, e não satisfaçam às condições exigidas;
- Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela contratante, referentes ao objeto da contratação dos serviços;
- Assumir todas as despesas relativas a obrigações fiscais e trabalhistas;
- **A empresa deverá apresentar certificado averbado pelo CREA atestando sua capacidade técnica para a realização de eventos semelhantes ao objeto da presente licitação;**
- A empresa contratada deverá dispor do Trio elétrico pelo período de realização do evento, conforme informado pela Secretaria de Turismo.



- A empresa deverá atender a Nota Técnica nº 05-03:2019 da CBMERJ, que estabelece os requisitos para aprovação nos termos de Segurança Contra Incêndio e Pânico dos trios elétricos, regulamentando o previsto no Decreto Estadual nº 42/2018 – Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Estado do Rio de Janeiro (COSCIP).
- Para a conexão e distribuição de energia dos equipamentos de sonorização e iluminação cênica a empresa deverá projetar e incluir todos os cabeamentos com tomadas, disjuntores, plugs e demais necessidades elétricas compatíveis com a carga elétrica dos equipamentos a serem instalados. Os equipamentos deverão ser aterrados e seguir as normas da ABNT, NBR5410:2004 e 5419:2015;
- Danos e acidentes provocados por mau funcionamento da energia elétrica com sua conexão e cabeamento serão de total responsabilidade da CONTRATADA;
- Antes do início dos eventos, será realizada uma VISTORIA TÉCNICA para conferir a entrega das estruturas contratadas, assim como o seu perfeito funcionamento;
- A execução do serviço de estrutura e/ou de equipamentos de montagem, de responsabilidade dos Engenheiros Eletricista, Civil ou Mecânico ou Arquiteto ou Técnico eletrotécnico, deverão estar sob registro no seu Conselho Correspondente, dentro do respectivo prazo de validade, comprovando sua habilitação e nas atividades pertinentes ao objeto deste anexo;
- Engenheiro(s) eletricista(s) ou Engenheiro(s) mecânico(s) - devidamente reconhecido(s) pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica (devidamente registrado na entidade profissional competente), para execução de serviço de características semelhantes ao objeto da licitação.
- A empresa contratada deverá estar ciente que poderá ser promovida diligência imediata à pessoa jurídica indicada no atestado de capacidade técnica, visando verificar as informações prestadas e esclarecer dúvidas, podendo ser na forma de apresentação de documentos e/ou visita a sede da empresa para vistoria do material a ser utilizado, entre outros;
- **Deverá ser apresentado junto a planilha de preços, a relação dos equipamentos que serão utilizados, sob pena de desclassificação.**

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21).

4.1 Os requisitos da contratação foram planejados de forma a atender ao estabelecido em observância do cenário em que os eventos acontecem em nossa cidade, geralmente em praças e logradouros públicos, que carecem da estrutura e do serviço especializado, de modo a suprir a todas as exigências que os órgão controladores e fiscalizadores de eventos com aglomeração exigem, como o Código de Posturas Municipal, Decreto 44.617/2014 e suas regulamentações que envolve a Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar, no caso do objeto do presente processo foi orientado em atendimento à Nota Técnica nº 05-03:2019 da CBMERJ, que estabelece os requisitos para aprovação nos termos de Segurança Contra Incêndio e Pânico dos trios elétricos, regulamentando o previsto no Decreto Estadual nº 42/2018 – Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Estado do Rio de Janeiro (COSCIP).

4.2 A tabela com os requisitos abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Estudo Preliminar, bem como o número de itens/etapas a serem cumpridas, para auxiliar a empresa contratada a estimar seus valores, considerando as especificações e necessidades:

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/CATSERV	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
------	------	---------------	----------------	-------------------------	------------



	<p>TRIO ELÉTRICO TIPO 01</p> <p>Caminhão modelo tipo trio elétrico, composto por dois palcos com comprimento de no máximo 8m e no mínimo 6m, 01 eixo, no mínimo 2m de altura entre um palco e outro; para facilitar locomoção em vias públicas, em perfeito estado de conservação da pintura, lataria e som. Fonte geradora própria com potência de no mínimo 45kVA. Cobertura em toda a área do palco superior em lona auto extingüível, em bom estado de utilização e limpa. Caminhão Toco.</p> <p>Sonorização do Trio Elétrico:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Sistema de som P.A., para frente, fundo e laterais com controle de volume independenteb) 01 console Digital com mínimo 32 canais de entrada e 08 canais auxiliares mais L e R;c) 16 alto-falantes de graves de 18", com 1000 w de potência cada;d) 16 alto-falantes de médio graves de 12", com 600w de potência cada;e) 12 cornetas com drives ;f) Amplificação compatível ao sistema;g) 01 processador de áudio 4x8;h) 06 "monitores 2x12" e 01 drive;i) 02 microfones sem fio UHF com frequência ajustável;j) 10 microfones SM 58k) 08 microfones SM 57l) 04 microfones SM 81m) pedestais correspondentesn) 01 kit bateria de microfones;o) 06 direct Box ativos;p) 01 bateria completa;q) 01 CD/DVD player com entrada para pendrive;r) 01 amplificador para guitarra;s) 01 amplificador para baixo;t) Cabos, plugs e conectores em boas condições de uso para o bom			
01		13757	Diária	10



		<p>funcionamento de todo o equipamento.</p> <p>Iluminação:</p> <p>a) 08 refletores par lead 3W RGBW;</p> <p>b) 01 máquina de fumaça;</p> <p>c) 01 mesa controle de iluminação, sem especificação de marca, em perfeito estado de funcionamento.</p> <p>Equipe Técnica:</p> <p>a) 01 motorista;</p> <p>b) 02 técnicos (luz e som);</p> <p>c) 01 geradorista;</p> <p>d) 01 ajudante;</p> <p>e) 01 engenheiro de segurança do trabalho que acompanhará a montagem dos Trios quando assim couber</p> <p>Abastecimento do veículo, alimentação e hospedagem da equipe técnica e motorista, impostos e outros gastos que se fizerem necessários serão por conta da empresa contratada.</p> <p><u>Poderá ser necessário atender dois eventos simultaneamente.</u></p>			
	02	<p>Tempo adicional do Trio Elétrico Tipo 01</p> <p>Consiste em tempo de locação adicional à diária do Trio Elétrico do Tipo 01, incluindo todo o solicitado no item 01 deste lote.</p>	13757	Hora	30
02	03	<p>TRIO ELÉTRICO TIPO 02</p> <p>Trio elétrico / caminhão truque com comprimento de 12 metros / largura 2,80m e altura 3,60m.</p> <p>Sonorização do Trio Elétrico:</p> <p>PA Lateral direita:</p> <p>a) 24 low(subgrave) de 18”;</p> <p>b) 24 midlow (médio grave) de 12”;</p> <p>c) 12 driver’s.</p> <p>PA Lateral esquerda:</p> <p>a) 24 low (subgrave) de 18”;</p> <p>b) 24 midlow (médio grave) de 12”;</p>	13757	Diária	09



	<p>c) 12 driver's.</p> <p>PA frente:</p> <p>a) 12 mid-low (médio grave) de 12";</p> <p>b) 06 driver's.</p> <p>PA fundos:</p> <p>a) 16 mid-low (médio grave) de 12";</p> <p>b) 08 driver's ;</p> <p>c) 08 low (subgrave) de 18";</p> <p>Palco:</p> <p>a) 01 mesas de áudio de 48 canais 16 aux;</p> <p>b) 01 notebook;</p> <p>c) 12 monitores SM 400;</p> <p>d) 02 Amplificador de fone de 08 canais cada um;</p> <p>e) 16 fones profissional Portapró;</p> <p>f) 01 amplificador de baixo de 800 watts + 01 caixa com 04 auto falantes de 10 polegadas + 01 caixa de 1x15 polegadas;</p> <p>g) 02 amplificador de guitarra;</p> <p>h) 01 bateria completa;</p> <p>i) 04 microfones s/fio UHF - Bastão</p> <p>j) 18 microfones SM 58 c/fio;</p> <p>k) 08 microfones SM 57 SHURE</p> <p>l) 04 microfones SM 81 ou similar</p> <p>m) 01 kit de microfones de bateria;</p> <p>n) 30 pedestais;</p> <p>o) 12 direct box;</p> <p>p) Cabos, plugs e conectores em boas condições de uso para o bom funcionamento de todo o equipamento.</p> <p>Iluminação:</p> <p>a) 20 refletores par lead 3W RGBW;</p> <p>b) 02 máquinas de fumaça;</p> <p>c) 01 mesa controle de iluminação, sem especificação de marca, em perfeito estado de funcionamento.</p> <p>Equipe Técnica:</p>			
--	--	--	--	--



		a) 01 motorista; b) 02 técnicos (luz e som); c) 01 geradorista; d) 01 ajudante; e) 01 engenheiro de segurança do trabalho que acompanhará a montagem dos Trios quando assim couber Abastecimento do veículo, alimentação e hospedagem da equipe técnica e motorista, impostos e outros gastos que se fizerem necessários serão por conta da empresa contratada.			
04		Tempo adicional do Trio Elétrico Tipo 02 Consiste em tempo de locação adicional à diária do Trio Elétrico do Tipo 02, incluindo todo o solicitado no item 03 deste lote.	13757	Hora	27

4.3 Sustentabilidade:

4.3.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.3.1.1 Conforme Instrução Normativa SLTI/MP nº 2 de 4 de junho de 2014, os modelos de materiais e equipamentos consumidores de energia a serem alocados, na prestação dos serviços deverão ser classificados com a classe de eficiência "A" na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE).

4.3.1.2 A contratada deve se atentar para possíveis impactos ambientais de poluição sonora, assim como da poluição emitida através do escapamento do veículo. Quanto à poluição sonora a empresa contratada deve verificar as normas, leis e Resoluções do CONAMA vigentes que versam sobre limites de volume (intensidade de decibéis) relacionados à atividade, bem como as normas técnicas ABNT como NBR 10151 10.152 do ano 2000, para que o serviço seja prestado de forma regular e, ao mesmo tempo, respeitando a saúde dos turistas e munícipes. Além disso a empresa deve estar ciente do horário de início e fim das atrações.

4.3.1.3 Quanto à poluição emitida através do escapamento do veículo e outros possíveis equipamentos, a contratada deve estar atenta às medidas instituídas a partir da Resolução CONAMA nº70 de 19 de janeiro de 2016 para diminuir a emissão de gases poluentes.

4.4 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.5 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea "e" e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1 O prazo de execução dos serviços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação do extrato de Ata de Registro de Preço no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo.

5.2 A prestação do serviço acontecerá dentro do território de Nova Friburgo contemplando os 08 distritos e será informado no momento da solicitação do serviço.

5.3 As necessidades inerentes a cada item estão descritas no item 4 deste Termo de Referência.

5.4 Do Recebimento:



5.4.1 Os serviços serão recebidos definitivamente após a realização do evento para o qual foi solicitado, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:

5.4.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções nos eventos futuros;

5.4.3 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

5.4.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

5.4.5 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

6.3.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.3.3 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.4 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.5 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.6 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.8 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



6.9 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.10 O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21.

6.11 Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto.

6.12 O(s) fiscal(is) do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.13 O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.14 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6.15 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

6.16 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

6.16.1 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

6.16.2 Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

6.16.3 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.16.4 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021)

7.1 A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome de: Município de Nova Friburgo, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: Avenida Alberto Braune, 225 – Centro – Nova Friburgo/RJ – Cep:28613-001 .

7.2 Da liquidação da despesa:

7.2.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023, https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html.

7.2.2 Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº2480/2023, o qual dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html



7.3 Do pagamento da despesa:

7.3.1 O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade: Negativa de Débitos Trabalhistas; Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais; FGTS; PGE – referente à Dívida Ativa Estadual; Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa; Estadual CND – referente ao ICMS.

7.3.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

7.3.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

7.3.4 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

7.3.5 O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota Fiscal apresentada pela contratada, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, com fundamento na hipótese do art. 78, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021 (indicar um dos incisos da Lei nº 14.133/2021, conforme o caso concreto).

8.2 Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a)** SICAF;
- b)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c)** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.7 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.



8.9 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12.1 Habilitação Jurídica:

- a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- i) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos



termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

j) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

k) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.12.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

8.12.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12.1.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12.1.3 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.12.1.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

8.12.1.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

8.12.1.6 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.12.1.7 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12.1.8 - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal –CEF.

8.12.1.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.



8.13 Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:

8.13.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.13.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.13.3 - Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

8.14 Qualificação Econômico-Financeira:

8.14.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.14.2 - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.14.3 - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

8.14.4 - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

8.14.5 - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

8.14.6 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

8.14.7 - Comprovação de capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data



através de índices oficiais.

8.15 Qualificação técnica:

8.15.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.15.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.15.2.1 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.15.2.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.15.3 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, **quando solicitado pela administração**, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.15.4 Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura) “Engenheiro Eletricista ou Mecânico”, que comprove ter a licitante desempenhado serviços similares ou superiores ao objeto da presente licitação, em conformidade com serviço cotado;

8.15.5 O atestado deverá ser emitido em papel timbrado da pessoa jurídica declarante, com nome e cargo do signatário;

8.15.6 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

9.1 Da Contratada:

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do serviço;
- f) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;



- h) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i) a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;
- n) Trio Elétrico deverá ser disponibilizado para acompanhar o teste e/ou passagem de som com no mínimo 2 horas de antecedência do início dos eventos;
- o) Deverá ser emitida pela empresa responsável uma ART (anotação de responsabilidade técnica) separada para toda a estrutura montada;
- p) A empresa deverá apresentar todas as ARTs dos serviços executados (Sonorização, Iluminação cênica e estruturas de montagem) e entregar uma cópia a Secretaria de Turismo, no prazo máximo de 72h a contar da solicitação do serviço;**
- q) A empresa deverá responsabilizar-se pela montagem, operacionalização, transporte, desmontagem, encargos, alimentação e custo extras com todos os funcionários.
- r) A empresa deverá responsabilizar-se pela manutenção elétrica, hidráulica e mecânica do **trio elétrico**, despesas de óleo diesel para gerador, todos os impostos previstos em lei, equipe técnica e outras despesas necessárias ao funcionamento do trio elétrico, tais como combustível para o trio elétrico. E deverá ter toda a documentação necessária.
- s) Fornecedor de toda equipe operacional do trio elétrico;
- t) Utilizar na execução do serviço contratado, pessoal qualificado para o exercício das atividades que lhe forem confiadas;
- u) Fornecedor de motorista com experiência em condução de Trio elétrico, geradorista, técnico de som, técnico de luz, ajudante e engenheiro de segurança do trabalho que acompanha a montagem dos Trios quando assim couber.
- v) Fornecedor do som e equipamentos em perfeito estado de uso;
- w) Fornecedor de manutenção do som e dos equipamentos;
- x) Fornecedor de manutenção do veículo;
- y) Fornecedor de seguro quanto a danos a terceiros e/ou acidentes que porventura venham a ocorrer;
- z) Fornecedor de equipamento necessário para serviço de música ao vivo;
- aa) Liberação de documentos de autorização para tráfego do veículo (autorização de trânsito);



- bb) Fornecimento de extintor;
- cc) Substituir no prazo determinado pela unidade responsável pela fiscalização ou recebimento, quaisquer serviços/produtos que estejam fora das especificações do objeto, e não satisfaçam às condições exigidas;
- dd) Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela contratante, referentes ao objeto da contratação dos serviços;
- ee) Assumir todas as despesas relativas a obrigações fiscais e trabalhistas;
- ff) A empresa deverá atender a Nota Técnica nº 05-03:2019 da CBMERJ, que estabelece os requisitos para aprovação nos termos de Segurança Contra Incêndio e Pânico dos trios elétricos, regulamentando o previsto no Decreto Estadual nº 42/2018 – Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Estado do Rio de Janeiro (COSCIP).**
- gg) Para a conexão e distribuição de energia dos equipamentos de sonorização e iluminação cênica a empresa deverá projetar e incluir todos os cabeamentos com tomadas, disjuntores, plugs e demais necessidades elétricas compatíveis com a carga elétrica dos equipamentos a serem instalados. Os equipamentos deverão ser aterrados e seguir as normas da ABNT, NBR5410:2004 e 5419:2015;
- hh) Danos e acidentes provocados por mau funcionamento da energia elétrica com sua conexão e cabeamento serão de total responsabilidade da CONTRATADA.

9.2 Da Contratante:

- a) Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) demais condições constantes do edital de licitação;

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

10.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:



10.1.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.1.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

10.3.1 advertência;

10.3.2 multa;

10.3.3 impedimento de licitar e contratar;

10.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

10.5 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

10.6 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.7 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.8 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

10.9 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

10.10 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;



10.11 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

10.12 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'I', da Lei nº 14.133/2021).

11.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 595.850,00 (quinhentos e noventa e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais)**, conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária (Anexo II) anexado aos autos.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'J', da Lei nº 14.133/2021).

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, na forma abaixo:

Órgão/Unidade Orçamentária	Programa de Trabalho	Fonte de Recursos	Natureza da Despesa
Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade	17.001.23.695.0036.2.327	1500	339039-52

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

13.2 Da adesão a Ata de Registro de Preços:

13.2.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

13.2.1.1 Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

13.2.1.2 Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

13.2.1.3 Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

13.2.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

13.2.2.1 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

13.2.3 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

13.2.4 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.



13.2.5 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 13.2.1.

Dos limites para as adesões

13.2.6 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

13.2.7 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

13.2.8 Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 13.2.7.

13.2.9 A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 13.2.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.3 Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica desta Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade.

Nova Friburgo/RJ, 06 de novembro de 2024.

ELABORADOR:	APOIO TÉCNICO:
<hr/> Juliano Combat Teixeira da Mota Matr.: 115.246	<hr/> Ozório Junior Tardin da Silva Matr.: 100.022

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O**
PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Ciente, de acordo:

Renan da Silva Alves
Secretário Municipal de Turismo
Matr.: 062.790